

EDIÇÃO 4 - 2024

PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA



ABCIP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS CONCESSIONÁRIAS
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA



TELEGESTÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA



SIM - SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO

Monitore todo o acervo de iluminação da cidade em segundos.

Com o SIM, é possível ter a iluminação de sua cidade na palma da mão, com segurança, qualidade e economia através de comunicação via Smart Grid.



+55 11 4617-3432 www.kdiluminacao.com.br



Saiba mais:



4º PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

2024



EXPEDIENTE

PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA é uma publicação da ABCIP – Associação Brasileira das Concessionárias de Iluminação Pública

É permitida a reprodução desta publicação ou de informações nela contidas desde que a ABCIP seja citada como fonte

Coordenação editorial: RLC Comunicação e Ideias

Coordenação executiva: Eliana Stellino

Edição e entrevistas: Leila Reis

Revisão: Brenda Fucuta

Assistente editorial: Vivian Leite

Projeto e design gráfico: Luiz Felipe Gualtieri Monteiro

Formato: 20 X 20 cm

Publicação: maio/2024

SUMÁRIO

EDITORIAL	6
GOVERNO FEDERAL MOBILIZA POOL DE MINISTÉRIOS PARA ILUMINAR AS CIDADES	7
RETRATO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PAÍS	10
• Contratos Assinados	
• Projetos em Andamento	
• Consórcios Públicos de Municípios	
ESTADOS ENXERGAM ILUMINAÇÃO DE QUALIDADE COMO SERVIÇO ESSENCIAL	22
• Rio de Janeiro	
• Espírito Santo	
• Região Sul	
ESTRUTURADORES ANALISAM O APERFEIÇOAMENTO DA MODELAGEM DOS PROJETOS	26
• CAIXA	
• Houer	
• Accenture	
• EY	
• IPGC	
UMA EVOLUÇÃO ALINHADA ÀS NOVAS DEMANDAS	33
• Artigo de Vanessa Rosa	
INDÚSTRIA DE DISPOSITIVOS E SISTEMAS É IMPACTADA PELA EXPANSÃO	34
OS NOVOS E VELHOS DESAFIOS NA DESTINAÇÃO DA COSIP	38
• Artigo de Ana Paula Peresi de Souza	
CONSÓRCIOS DE MUNICÍPIOS GANHAM IMPULSO	39
• Luz na Alta Mogiana paulista	
• Status da pioneira	
QUEM SOMOS	43
NOSSOS ASSOCIADOS	44

LIÇÕES FORAM APRENDIDAS, MÁS AINDA É PRECISO APRIMORAR

Dez anos se passaram desde a primeira concessão de iluminação pública e sete anos da fundação da ABCIP. Como mostra esta quarta edição do panorama de mercado, são 116 contratos assinados abrangendo 138 municípios. Hoje, 25% da população brasileira é atendida pela parceria com a iniciativa privada, sendo que R\$ 27 bilhões estão contratados para modernizar e operar o sistema de iluminação pública nas cidades. No horizonte próximo se encontram mais de 800 projetos em elaboração e milhões de brasileiros na expectativa de melhores serviços, numa interessante conjunção entre demanda e oferta.

A partir do impulso inicial dado pelo Governo Federal, por meio da CAIXA e do BNDES, inovadores modelos de negócio vicejam no mercado, ampliando o atendimento a demandas da população e dos gestores municipais. Percebendo a importância de apoio a municípios de menor porte, estados e regiões metropolitanas desenvolvem programas de capacitação, financiamento e estruturação de projetos dos parques de IP e de eficiência energética. Consórcios públicos também se tornam um novo meio para o avanço escalonado dos projetos, permitindo a inclusão dos pequenos municípios no círculo virtuoso das concessões.

Mesmo com os avanços do setor, a performance dos contratos ainda é bastante heterogênea, ensejando melhores práticas tanto pelos concessionários como



PEDRO VICENTE IACOVINO
PRESIDENTE DA ABCIP

pelo poder concedente. A competição vigorosa indicada nos leilões nos últimos anos e a migração de empresas de outros setores exacerbaram os desafios, abrindo importante espaço para a atuação do verificador independente como mediador natural de conflitos inerentes à gestão de contratos de longo prazo.

No âmbito jurídico duas importantes mudanças afetam fortemente o setor: a reforma tributária incorporou revisão do artigo 149-A da Constituição, ampliando as possibilidades de uso da COSIP para além da iluminação pública. E, a partir de janeiro, passou a vigorar a nova lei de licitações 14.133.

O aperfeiçoamento da modelagem, da qualificação técnica, econômica e financeira dos operadores e a governança e transparência por parte do poder concedente ganham importância singular na busca por maior equilíbrio das relações e da garantia de sustentabilidade a longo prazo. Conhecimento, inovação, tecnologia, responsabilidade e competência são fundamentais para que os avanços no setor continuem se apresentando de forma exponencial.

Boa leitura.

GOVERNO FEDERAL MOBILIZA POOL DE MINISTÉRIOS PARA ILUMINAR AS CIDADES

Casa Civil, Ministério das Cidades e Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional desenvolvem projetos para ajudar as prefeituras brasileiras na oferta de iluminação pública de boa qualidade aos munícipes



CHEGOU A VEZ DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE MUNICÍPIOS

Com a missão de disseminar uma cultura de concessões e PPPs para promover a provisão de infraestrutura no país, a SEPPI – Secretaria Nacional de Parcerias Públicas e Investimentos da Casa Civil vem trabalhando para internalizar procedimentos que possam melhorar a qualidade da gestão dos serviços públicos.

“As PPPs são vistas pelo governo como uma oportunidade de dar maior longevidade às infraestruturas em benefício da sociedade,” diz Manoel Renato Machado Filho, secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Parcerias Públicas e Investimentos, da Casa Civil. “É um meio de melhorar a gestão dos ativos, buscando indicadores de qualidade para pagar o concessionário pelo desem-

penho na prestação dos serviços e não só pela provisão da infraestrutura.”

É essa disposição que pode explicar o avanço substancial no número de projetos ofertados ao mercado. O governo federal tem a expectativa de, em um ano, entregar 27 projetos por meio do FEP – Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP, da CAIXA, e do BNDES. “Nunca houve no Brasil uma escala de entrega de projetos em setor único como acontece com a Iluminação Pública”, informa Machado Filho. Mesmo com o modelo de projeto de PPP de IP consolidado no mercado, preocupa o governo federal a redução de competitividade nas recentes licitações. “Em 2020, do leilão de PPP de IP de Aracaju participaram 13 competidores. Nos leilões do Consórcio Alto Sertão/BA e Ariquemes/RO, tivemos um único concorrente e, pela primeira vez, houve uma licitação deserta (Santa Maria/RS)”, contabiliza o secretário da SEPPI.

Por outro lado, a menor competitividade influenciou na diminuição dos deságios nas licitações. “Não sabemos se a competitividade causava deságios (que, em alguns casos, chegavam ao limite de colocar em risco a viabilidade dos projetos), ou se a nossa estruturação não conseguia capturar os custos reais com os quais o mercado trabalha”, analisa Machado Filho. Essas dúvidas estão levando o órgão da Casa Civil a fazer uma sondagem do mercado para melhorar a estruturação dos projetos.

Na verdade, mais do que uma iluminação pública de qualidade, as cidades querem ser inteligentes. “Com a modernização dos parques de IP, ocorreu uma substancial redução dos gastos de custeio, começou a haver sobras da COSIP”, diz Machado Filho. “A administração pública passou a ter um bom problema para resolver: reduzir a COSIP ou aumentar o número de serviços? Foi aí que se percebeu que funcionalidades de cidades inteligentes poderiam ter conexão com os serviços de iluminação pública.”

Em vista da sinergia da rede de iluminação pública com as funcionalidades de smart city, elas já estão sendo levadas em conta nas estruturações dos projetos de PPP apoiados pelo FEP da CAIXA, garante o secretário da SEPPI.

Atualmente, a SEPPI volta o olhar para os municípios com limitações para arcar com o custo de estruturação e sem capacidade de gerir contratos de concessão. “O primeiro projeto de PPP de IP da CAIXA de um consórcio que chegou à licitação foi o do Alto Sertão da Bahia, liderado pelos municípios de Guanambi e Lagoa Real,” explica o secretário da PPI. “No início eram sete municípios, mas cinco deles não conseguiram aprovar o projeto de lei nas câmaras neste ano eleitoral, pois seria preciso aumentar a COSIP uma vez que alguns dos municípios cobravam um valor quase simbólico pelos serviços.” Outros consórcios têm projetos em andamento no Paraná e em Pernambuco. “Nossa aposta é firme nos consórcios.”

MINISTÉRIO DAS CIDADES TEM AÇÕES PARA APOIO A PROJETOS

A universalização dos serviços de iluminação pública é fundamental para o desenvolvimento urbano. Essa é a premissa da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Ministério das Cidades, cujo titular é o secretário Carlos Tomé Junior, que abriga programas para apoio a projetos de iluminação pública e cidades inteligentes.

“Entendemos que a modernização dos parques municipais de iluminação pública é primordial para oferecer serviços essenciais aos brasileiros”, diz o secretário Carlos Tomé. “Mais ainda, atende o ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) 7 da ONU, que trata de Energia Acessível e Limpa, afinal a modernização traz maior eficiência energética para o sistema de



Manoel Renato Machado Filho, secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Parcerias Públicas e Investimentos, da Casa Civil

A SINERGIA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM FUNCIONALIDADES DE SMART CITY ESTÁ SENDO LEVADA EM CONTA NA ESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS



Carlos Tomé Júnior, secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Ministério das Cidades

A FLEXIBILIZAÇÃO DO USO DA COSIP VAI AMPLIAR OS INVESTIMENTOS DA INICIATIVA PRIVADA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM 8,6%, OU MAIS DE R\$ 1 BILHÃO



IP e inclusive libera recursos para aplicação em cidades inteligentes”.

Além de apoiar a estruturação dos projetos de PPP de IP, a SNDUM relata que o Ministério das Cidades auxilia os municípios que não aderem às PPPs para substituição das lâmpadas convencionais pelas de tecnologia LED, oferecendo recursos com taxas bem abaixo das praticadas pelo mercado. Além disso, o Ministério promove também a captação de recursos no mercado de capitais pelas concessionárias, por meio da aprovação de enquadramento de projetos como prioritários para emissão de debêntures incentivadas, para investimento na expansão e modernização dos seus parques de IP.

Em outra frente de atuação, o Ministério das Cidades possui parceria com o IPGC - Instituto de Planejamento e Gestão das Cidades para apoio aos municípios na estruturação de PPPs para smart cities. “Vamos incentivar os municípios a inserirem serviços de cidades

inteligentes nos projetos de IP”, diz o secretário Carlos Tomé Junior. Sobre o tema, informa que serão selecionados 10 municípios-pilotos para customização de serviços de smart cities, como “o monitoramento das condições meteorológicas nos locais sujeitos a inundações e deslizamentos de terra”. Entende que a incorporação desses recursos aos serviços de IP será alavancada pela flexibilização do uso da COSIP, definido pela reforma tributária, no âmbito da modificação do artigo 149-A da Constituição Federal.

Conclui que com a ampliação da abrangência do dispositivo constitucional, será possível incentivar a implantação da COSIP em diversos municípios brasileiros, o que, segundo a FNP – Frente Nacional dos Prefeitos, deve ampliar em 8,6% as receitas para alocação nas finalidades da Contribuição, o que pode representar até R\$ 1,13 bilhão, 8,6% do montante recolhido em 2022, a mais para o setor.



CONTRATOS

116

MUNICÍPIOS

138

POPULAÇÃO

52

MILHÕES

PONTOS DE LUZ

4,2

MILHÕES

VALOR DOS CONTRATOS

27

BILHÕES

O RETRATO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O impacto da modernização dos parques de iluminação nas contas do município e na qualidade de vida da população tem estimulado os governos estaduais a se movimentarem para apoiar suas unidades municipais. Nesse cenário, destacam-se os estados do Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo

MUNICÍPIO	CONCESSIONÁRIA	POPULAÇÃO	PONTOS IP	CONTRATO (R\$ MM)
Açailândia (MA)	Luzes de Açailândia	113.121	12.780	303,83
Água Boa (MT)	ARC Água Boa Iluminação	26.204	3.800	70,78
Água Branca (PI)	Concip Água Branca	17.470	2.196	31,62
Agudos (SP)	Luz da Alta Mogiana	37.582	6.003	44,05
Alagoinhas (BA)	Luz de Alagoinhas	151.065	20.000	58,58
Albertina (MG)	Smart CGPI	2.913	316	11,26
Almeirim (PA)	Infinity Almerim Energy	34.076	3.638	74,82
Anapu (PA)	Concip Anapu	28.607	2.470	24,09
Andradas (MG)	Smart CGPI	40.706	4.940	11,26
Angical (PI)	Cidade Inteligente Angical	6.779	1.105	23,88
Angra dos Reis (RJ)	Luz de Angra	207.044	20.839	59,00
Aracaju (SE)	Conecta Aracaju	664.908	58.983	256,95
Araçatuba (SP)	Luzes de Araçatuba	199.210	30.000	77,00
Aramina (SP)	Luz da Alta Mogiana	5.420	1.120	11,62
Ariquemes (RO)	Concip Ariquemes	96.833	11.447	70,57
Bandeira do Sul (MG)	Smart CGPI	5.713	729	11,26
Barbacena (MG)	Concip Barbacena	139.061	13.861	165,28
Barra do Corda (MA)	Corda Luz	88.492	7.530	77,07
Barra do Garças (MT)	Barra Luz	61.135	12.000	119,11
Barra do Piraí (RJ)	Luz do Vale	100.764	9.000	128,25
Barreiras (BA)	Smart Lux Barreiras	159.743	20.331	44,94
Barretos (SP)	Barretos Inteligente	123.546	23.615	226,00
Batatais (SP)	Luz da Alta Mogiana	58.402	9.494	98,50
Belém (PA)	Luz de Belém II	1.499.641	90.000	458,54

MUNICÍPIO	CONCESSIONÁRIA	POPULAÇÃO	PONTOS IP	CONTRATO (R\$ MM)
Belo Horizonte (MG)	BH Iluminação Pública	2.521.564	182.000	991,78
Brasilia (DF)	CEB IPES	3.094.325	360.000	3.330,00
Buritizal (SP)	Luz da Alta Mogiana	4.356	860	8,91
Cachoeiro de Itapemirim (ES)	Luz de Itapemirim	210.589	18.556	38,73
Caieiras (SP)	Caieiras Luz	102.775	13.228	54,68
Caldas (MG)	Smart CGPI	13.630	1.852	11,26
Campinas (SP)	Conecta Campinas	1.204.073	122.000	211,88
Campo Belo (MG)	Cidade Inteligente Campo Belo	54.186	7.244	38,25
Campo Maior (PI)	Concip Campo Maior	46.893	5.000	47,53
Campos do Jordão (SP)	Campos Luz Iluminação	52.713	6.578	31,82
Canoas (RS)	IP Canoas	349.728	35.314	137,32
Capela (SE)	Capela Solar	34.808	3.164	147,38
Caraguatatuba (SP)	Caragua Luz	123.389	19.987	198,51
Carmo do Cajuru (MG)	MG1 Iluminação	22.693	4.700	61,37
Carmo do Paranaíba (MG)	Concip Carmo do Paranaíba	30.339	2.758	74,25
Caruaru (PE)	Luz de Caruaru	369.343	34.000	90,26
Castelo do Piauí (PI)	Concip Castelo do Piauí	19.716	2.126	29,61
Cataguases (MG)	Luz de Cataguases	75.942	7.871	63,76
Catanduva (SP)	FB Luz	123.114	14.628	131,89
Caxias do Sul (RS)	Luz de Caxias do Sul	523.716	49.260	178,44
Cianorte (PR)	Concip Cianorte	84.980	7.225	73,25
Colônia do Piaui (PI)	Colônia Luz	6.991	636	13,19
Corumbá (MS)	B&C Construtora	112.669	12.047	63,49
Cosmópolis (SP)	Cosmópolis Luz Curitiba	74.662	9.560	116,20

RETRATO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

MUNICÍPIO	CONCESSIONÁRIA	POPULAÇÃO	PONTOS IP	CONTRATO (R\$ MM)
Curitiba (PR)	Engie Soluções	1.773.733	163.000	292,75
Divisa Nova (MG)	Consórcio Smart CGPI	6.068	1.063	11,26
Dom Eliseu (PA)	Concip Dom Eliseu	60.469	3.100	53,24
Dores do Indaiá (MG)	Concip Dorés do Indaiá	13.373	1.438	26,05
Feira de Santana (BA)	Conecta Feira	619.609	61.000	122,85
Foz do Iguaçu (PR)	Foz Iluminada	257.971	30.398	113,59
Forquilha (CE)	Forquilha Luz	24.680	3.903	49,45
Franco da Rocha (SP)	Luz de Franco	156.492	10.413	58,00
Goianesia (GO)	C. O Energia Solar	72.045	6.550	106,76
Goianésia do Pará (PA)	Tellus Mater Brasil	41.081	2.200	22,33
Governador Eugénio Barros (MA)	Brasiluz	14.703	1.337	14,03
Graça Aranha (MA)	Graça Aranha Luz	6.261	931	12,97
Grajaú (MA)	Grajaú Luz	70.692	6.427	144,96
Guanambi (BA)	Concip Alto Sertão	87.817	15.448	177,50
Guarapuava (PR)	Ilumina Guarapuava	182.644	23.874	131,00
Guaratuba (PR)	Tecnolamp Guara Luz	37.527	6.400	59,97
Guarulhos (SP)	Guarulhos Luz	1.404.694	73.073	420,00
Hortolândia (SP)	Ilumina Hortolândia	234.259	24.479	227,38
Humberto de Campos (MA)	Campos Luz 1	29.143	2.649	24,28
Ibirité (MG)	Ibirité IP	182.153	18.541	79,54
Ibitiura de Minas (MG)	Smart CGPI	3.406	399	11,26
Içara (SC)	Ilumina Içara	58.055	7.937	77,60
Icatu (MA)	Icatu Luz	27.423	2.493	19,77
Ipuina (MG)	Smart CGPI	10.079	842	11,26

MUNICÍPIO	CONCESSIONÁRIA	POPULAÇÃO	PONTOS IP	CONTRATO (R\$ MM)
Itajaí (SC)	QLuz Itajaí	226.617	22.151	274,42
Itanhaém (SP)	Luz de Itanhaém	104.351	10.582	64,48
Itatiba (SP)	Ilumina Itatiba	124.254	16.000	65,40
Ituverava (SP)	Luz da Alta Mogiana	37.571	7.099	73,63
Jaboatão dos Guararapes (PE)	Luz de Jaboatão	706.867	46.742	130,81
Jaraguá (GO)	Jaraguá Luz	52.160	4.741	56,13
Jardinópolis (SP)	Luz da Alta Mogiana	45.544	8.166	84,70
Jatobá (MA)	Jatobá Luz	10.464	1.002	15,87
Jeriquara (SP)	Luz da Alta Mogiana	3.863	581	6,00
Lagoa Real (BA)	Concip Alto Sertão	14.105	1.650	18,81
Macapá (AP)	Luz de Macapá	512.902	34.494	118,15
Manacapuru (AM)	WF Serviços Elétricos	169.041	15.367	41,20
Manaus (AM)	Manaus Luz	2.219.580	129.527	922,00
Marabá (PA)	Marabá Luz	283.542	22.600	418,15
Maringá (PR)	Luz de Maringá	436.472	39.797	128,20
Mauá (SP)	Mauá Luz	477.552	45.752	352,95
Miguel Alves (PI)	Concip Miguel Alves	33.833	2.930	34,10
Miguel Pereira (RJ)	Miguel Pereira Luz	25.581	6.300	68,70
Miguelópolis (SP)	Luz da Alta Mogiana	19.441	3.974	49,10
Mogéiro (PB)	C. O Energia Solar	13.238	1.235	30,18
Morro Agudo (SP)	Luz da Alta Mogiana	27.933	4.733	41,00
Nova Lima (MG)	Nova Lima Iluminação Pública	97.378	19.000	59,90
Nova Serrana (MG)	Q Luz Nova Serrana Engenharia	108.241	12.120	65,98
Nuporanga (SP)	Luz da Alta Mogiana	7.391	1.689	17,52

RETRATO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

MUNICÍPIO	CONCESSIONÁRIA	POPULAÇÃO	PONTOS IP	CONTRATO (R\$ MM)
Oeiras (PI)	Oeiras Luz	37.138	4.084	51,84
Olinda (PE)	Brilha Olinda	349.976	26.600	52,20
Ouro Preto (MG)	Ouro Preto Luz	74.824	11.868	58,03
Palhoça (SC)	Qluz Concessionária de Iluminação Pública	175.272	17.814	187,83
Patos de Minas (MG)	Ilumina Patos	154.641	25.498	47,17
Patrocínio Paulista (SP)	Luz da Alta Mogiana	14.488	2.158	22,40
Pederneiras (SP)	Luz de Pederneiras	47.111	7.500	34,38
Pedregulho (SP)	Luz da Alta Mogiana	15.525	3.153	32,70
Petrolina (PE)	Engie Soluções	354.317	36.000	95,34
Poconé (MT)	C. O Energia Solar	31.217	2.838	73,13
Ponta Gossa (PR)	Luz de Ponta Grossa	358.838	35.292	80,20
Porto (PI)	Concip Porto	12.608	1.313	17,17
Porto Alegre (RS)	IP Sul	1.488.252	101.487	403,10
Presidente Dutra (MA)	Dutra Luz	48.036	5.057	64,76
Restinga (SP)	Luz da Alta Mogiana	6.404	834	8,65
Ribeirão das Neves (MG)	IP Minas	338.197	26.486	258,43
Ribeirão Preto (SP)	Conecta Ribeirão	698.259	80.000	161,34
Rio de Janeiro (RJ)	Smart Luz	6.747.815	450.000	1.409,79
Sales Oliveira (SP)	Luz da Alta Mogiana	11.411	2.190	22,71
Santa Luzia (MG)	Concip Santa Luzia	221.705	22.386	300,53
Santa Rita de Caldas (MG)	Smart CGPI	9.027	981	11,26
Santo Amaro (BA)	S/A Montagem e Instalação de Equipamentos de Iluminação	60.131	7.191	102,77
São João de Meriti (RJ)	Alegrete RJ Participações	472.906	33.086	466,83

MUNICÍPIO	CONCESSIONÁRIA	POPULAÇÃO	PONTOS IP	CONTRATO (R\$ MM)
São José da Bela Vista (SP)	Luz da Alta Mogiana	7.626	999	10,36
São José de Ribamar (MA)	SJR Iluminação do Futuro	179.028	26.000	127,49
São José dos Basílios (MA)	Basílios Luz	7.639	928	26,08
São Manuel (SP)	Luz de São Manuel	41.287	6.853	33,80
São Paulo (SP)	Iluminação Paulista	12.325.232	635.000	6.936,84
Sapucaia do Sul (RS)	Ilumina Sapucaia do Sul	141.808	13.000	30,62
Senador Alexandre Costa (MA)	Alexandre Luz	11.285	1.026	18,77
Serrana (SP)	Luz da Alta Mogiana	46.166	5.011	51,98
Socorro (SP)	Ilumina Socorro	41.690	68.754	40,79
Sumaré (SP)	Ilumina Sumaré	289.875	26.352	165,55
Teresina (PI)	Teresina Luz	871.126	87.000	418,88
Timbó (SC)	Farol do Vale Engenharia	44.977	7.046	29,11
Toledo (PR)	Ilumina Toledo	144.601	24.274	47,28
Tomé Açu (PA)	Concip Tomé Açu	64.030	4.300	78,52
Uberaba (MG)	Concip Uberaba	337.092	49.500	336,33
Uberlândia (MG)	Engie Soluções de Uberlândia	699.097	85.000	251,36
União da Vitória (PR)	IP Foco	58.298	6.154	109,56
Vassouras (RJ)	Vassouras Luz Imperial	33.976	3.387	63,00
Vila Velha (ES)	SRE-IP Vila Velha	501.325	35.000	120,24
TOTAL		51.832.183	4.202.318	26.866,28

PROJETOS EM ANDAMENTO

Os benefícios gerados pela modernização dos parques de IP animaram os municípios a investir em projetos de PPP.

PROJETOS
821

POPULAÇÃO
62 MILHÕES

PONTOS DE LUZ
5,8 MILHÕES

ESTADO	POPULAÇÃO	PONTOS IP
ACRE	47.168	1.859
ALAGOAS	1.031.597	73.959
AMAPÁ	124.808	12.799
AMAZONAS	229.814	20.910
BAHIA	7.880.283	675.303
CEARÁ	4.757.241	440.766
ESPÍRITO SANTO	2.414.878	227.352
GOIÁS	3.762.972	373.841
MARANHÃO	2.412.754	224.218
MATO GROSSO	289.241	32.209
MATO GROSSO DO SUL	1.041.138	138.279
MINAS GERAIS	6.295.046	627.122
PARÁ	1.324.730	90.392

ESTADO	POPULAÇÃO	PONTOS IP
PARAÍBA	458.218	40.908
PARANÁ	3.262.786	313.582
PERNAMBUCO	2.110.012	210.016
PIAUÍ	321.050	31.179
RIO DE JANEIRO	4.196.832	364.094
RIO GRANDE DO NORTE	1.881.039	170.517
RIO GRANDE DO SUL	4.212.473	404.080
SANTA CATARINA	3.145.670	333.497
SÃO PAULO	9.788.920	933.699
SERGIPE	591.482	53.825
RONDÔNIA	766.394	71.508
RORAIMA	436.591	32.041
TOCANTINS	455.395	59.344



PROJETOS DE CONSÓRCIOS DE MUNICÍPIOS

NÚMERO DE MUNICÍPIOS
469

POPULAÇÃO
10 MILHÕES


PONTOS DE LUZ
936 MIL

CONSÓRCIO	Nº MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	PONTOS IP
CDS BACIA DO PARAMIRIM - Cons. Des. Sust. Território Bacia do Paramirim (BA)	5	113.588	10.326
CDS LS - Cons. Des. Sust. do Território Litoral Sul (BA)	7	466.519	29.500
CDS PORTAL DO SERTÃO - Cons. Des. Sust. Portal do Sertão (BA)	6	119.982	10.908
CDS TIPNI - Cons. Des. Sust. Piemonte Norte do Ittapicuru (BA)	9	276.396	25.674
CDSVJ - Cons. Des. Sust. Vale do Jiquiriçá (BA)	7	103.112	9.373
CIBARC - Cons. Interm. Bacia do Rio Corrente (BA)	6	117.173	25.051
CIDCD - Cons. Interm. Des. Circuito do Diamante (BA)	7	120.876	10.988
CISAN - Cons. Interm. do Semiárido Nordeste II (BA)	9	227.039	20.095
CONDES - Cons. Des. Sust. do Território do Irecê (BA)	4	137.488	12.497
CONDESC - Cons. Des. Sust. da Costa do Descobrimento (BA)	7	359.852	32.714
CONSTRUIR - Cons. Público Interm. de Infraest. Extremo Sul da Bahia (BA)	10	220.598	20.053
CONSTESF - Cons. Des. Sust. Território do Sertão do São Francisco (BA)	8	295.003	26.820
CTR - Cons. do Território do Recôncavo (BA)	3	111.092	10.099
CONVALE - Cons. Des. Sust. Vale do Jiquiriçá (BA)	6	90.330	8.140
CCNP - Cons. Complexo Nascentes do Pantanal (MT)	12	111.927	10.176
CIMEV - Cons. Interm. Médio Rio das Velhas (MG)	9	103.146	9.376
CIMVALPI - Cons. Interm. Multisetorial do Vale Piranga (MG)	40	647.349	58.849

CONSÓRCIO	Nº MUNÍCIPIOS	POPULAÇÃO	PONTOS IP
CISPAR - Cons. Público Interm. Des. Sust. Alta Paranaíba (MG)	8	97.520	8.865
CODANORTE - Cons. Interm. Des. Ambiental Sust. do Norte de Minas (MG)	35	878.731	79.900
CONVALES - Cons. de Saúde e Des. Vales do Noroeste de Minas (MG)	19	401.224	36.475
CAMINHOS DO TIBAGI - Cons. Interm. Des. Regional de Caminhos do Tibagi (PR)	6	143.015	13.001
CICA - Cons. Interm. Caiuá Ambiental (PR)	7	130.114	11.818
CONDER - Cons. Interm. para Des. Regional (PR)	7	189.009	14.198
Consórcio. Interm. do Piquiri (PR)	11	102.165	9.287
CIMPAJEÚ - Cons. de Integração de Municípios do Pajeú (PE)	4	144.279	13.117
CINDESC - Cons. Interm. Des. Sust. Sertão Central (PE)	4	120.763	10.977
CISAPE - Cons. Interm. do Sertão do Araripe Pernambucano (PE)	9	197.410	17.945
CODEAM - Cons. Público para o Des. da Região Agreste Meridional de Pernambuco (PE)	5	117.228	10.657
COMAGSUL - Cons. Municípios do Agreste e Sul de Pernambuco (PE)	5	142.689	12.972
COMUPE - Cons. Municípios Pernambucanos (PE)	2	115.530	10.838
PORTAL SUL - Cons. Interm. Portal da Mata Sul (PE)	4	101.017	9.183
CONIAPE - Cons. Público Interm. Agreste e Fronteiras (PE)	4	120.137	10.922
SUPARC - Superint.de Parcerias e Concessões do Piauí (PI)	11	225.501	20.319
CIDENNF - Cons. Público Interm. Des. Norte e Nordeste Fluminenses (RJ)	8	204.389	18.580
CONLESTE - Cons. Público Interm. Des.Região Leste Fluminense (RJ)	2	293.605	26.690
CIMOP - Cons. Interm. Municípios do Oeste Potiguar (RN)	13	108.555	9.869
COPIRN - Cons. Público Interm. do Rio Grande do Norte (RN)	17	178.416	29.214
COPIRN - Cons. Público Interm. do Rio Grande do Norte (RN)	15	177.821	16.166

CONSÓRCIO	Nº MUNÍCIPIOS	POPULAÇÃO	PONTOS IP
CI CENTRO SUL - Cons. Centro Sul (RS)	12	311.321	27.754
CISCAI - Cons. Interm. do Vale do Rio Caí (RS)	13	104.244	9.477
CI JACUÍ - Cons. Interm. do Vale do Jacuí (RS)	10	140.364	12.850
CP SINOS - Cons. Público dos Municípios do Vale dos Sinos (RS)	2	121.273	11.025
CISGA - Cons. Interm. de Des. Sust. da Serra Gaúcha (RS)	4	135.132	12.285
CODEPAMPA - Cons. de Des. Pampa Gaúcho (RS)	7	366.877	33.351
AMREC CIM - Cons. Interm.Assoc. Municípios da Região Carbonífera (SC)	9	148.035	13.458
CISAMAVI - Cons. Interm. de Saúde do Alto do Vale do Itajaí (SC)	16	159.587	14.508
CMM - Cons. Municípios da Mogiana (SP)	8	196.968	17.905
CONDESU - Cons. Interm. Des. Sust. (SP)	9	389.565	47.600
CONSBAJU - Cons. Público de Saneamento Básico da Grande Aracaju (SE)	3	158.583	14.416
	444	10.042.537	936.261





ESTADOS ENXERGAM ILUMINAÇÃO DE QUALIDADE COMO SERVIÇO ESSENCIAL

ESTADO DO RIO QUER 80% DOS PARQUES MODERNIZADOS ATÉ 2026

Seis dos 92 municípios fluminenses estão modernizando seus parques de iluminação pública por meio de parceria com a iniciativa privada e 27 outros estão estruturando projetos de PPP de IP. Mas, se depender do governo do Estado do Rio de Janeiro, esse número vai crescer muito, pois a meta é que, até 2026, 80% das cidades fluminenses tenham seus parques de IP eficientizados, garante o governador Cláudio Castro. “O projeto Cidades Inteligentes está identificando municípios onde possam ser aplicadas tecnologias que contribuam para um desenvolvimento estruturado na sustentabilidade, com planejamento urbano, aprimoramento da mobilidade e uso de energia limpa de forma eficiente.”

Com o objetivo de auxiliar os gestores das cidades fluminenses a modernizarem o serviço de ilumi-



Cláudio Castro,
governador do Estado
do Rio de Janeiro

SEIS MUNICÍPIOS MODERNIZAM SEUS PARQUES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E 27 OUTROS ESTÃO ESTRUTURANDO PROJETOS DE PPP

nação pública, a Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar realizou o 1º Fórum de Iluminação Pública e Eficiência Energética, no Palácio Guanabara no ano passado, para apresentar a prefeitos e secretários possibilidades e soluções que podem contribuir para um desenvolvimento estruturado na sustentabilidade. “A modernização dos parques de IP, com o uso da tecnologia LED, proporciona mais proteção, segurança e melhor qualidade de vida para toda a população,” diz Cláudio Castro. “Isso sem contar com a maior economia para os cofres municipais e a grande redução de impactos ambientais nas cidades fluminenses.”

Para implementar essa política pública, foi criada a Superintendência de Iluminação Pública e Eficiência Energética, que tem orientado os gestores fluminenses a um melhor aproveitamento das tecnologias em iluminação pública e a promover a eficiência energética em prédios públicos.

“Além do Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), os municípios podem contar com as parcerias público-privadas e programas de incentivo que estão sendo criados com recursos estatais”, explica o governador.

A meta do Governo do Estado do Rio de Janeiro é eficientizar energeticamente pelo menos 80% dos municípios até o ano de 2026, para reduzir os gastos do consumo de energia elétrica na iluminação pública em 50%, e 30% nos prédios públicos.

CIDADES INTELIGENTES NO RADAR DOS CAPIXABAS

O governo do Espírito Santo decidiu apoiar a modernização dos parques de IP das 78 cidades capixabas por meio do BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, estruturando projetos de cidades inteligentes com iluminação pública a custo zero para os municípios.

“O BANDES firmou acordo de cooperação técnica com o IPGC – Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades, no qual a responsabilidade pelo ressarcimento dos custos da estruturação dos projetos de PPP fica a cargo da concessionária vencedora da licitação dos serviços”, informa Marcos Kneip Navarro, diretor de Negócios do BANDES. “O programa ES Inteligente faz parte do planejamento estratégico do governo, refletindo o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a inovação tecnológica nos municípios.”

O banco atua na gestão da estruturação dos projetos, auxiliando os municípios na elaboração de estudos de viabilidade, modelagem financeira e jurídica dos projetos em colaboração com o IPGC, além de oferecer soluções de financiamento para viabilizar a execução dos projetos. “Hoje temos 20 projetos de PPP que incluem a iluminação pública,” explica o diretor do BANDES. “O diferencial na modelagem desses projetos são as soluções integradas que englobam serviços de iluminação pública, usina solar fotovoltaica, telecomunicações e até resíduos sólidos urbanos. Esse conjunto de projetos vai impactar mais de

26% dos municípios do Estado que somam 875 mil habitantes, ou seja, 23% da população do estado”.

De acordo com Navarro, a expectativa é de lançar até o final deste ano editais de PPPs de cidade inteligente para os municípios de Alegre, Afonso Cláudio, Cariacica, Mimoso do Sul, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante. “A depender do engajamento dos municípios, esse cenário pode ser alterado”, diz o diretor do banco.

O BANDES reconhece o consórcio de municípios como uma estratégia viável para modernizar os parques de IP de municípios menores, uma vez que eles podem compartilhar custos e se beneficiar mutuamente da melhoria dos serviços públicos. “Ao aglutinar amplamente soluções como iluminação pública, usinas solares e telecomunicações, a viabilidade também chega às cidades pequenas,” diz Marcos Kneip Navarro. Atualmente, 54 municípios capixabas foram classificados como viáveis pelo programa ES Inteligente.

SOLUÇÕES INTEGRADAS ENLOBAM SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO, USINA SOLAR FOTOVOLTAICA, TELECOMUNICAÇÕES E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS



Marcos Kneip Navarro, diretor de Negócios do BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

BRDE ESCOLHE APOIAR MUNICÍPIOS MENORES

Criado pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná há mais de 60 anos, o BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul está engajado na modernização dos parques de iluminação pública dos municípios da Região Sul em parceria com a iniciativa privada.

O apoio à estruturação de PPPs de IP nasceu da percepção de que os municípios de menor porte não eram atendidos por grandes instituições nacionais. “Para atender essa demanda, o BRDE assumiu o papel de assessor técnico imparcial para facilitar a estruturação de projetos de PPPs de IP,” explica Leonardo Maranhão Busatto, diretor de Planejamento do BRDE. “O banco oferece apoio integral aos municípios em todo o processo.”

O banco já vinha financiando diretamente os municípios e concessionárias na modernização dos sistemas de iluminação pública, informa Busatto: “Nossas linhas de crédito de longo prazo financiaram R\$ 130 milhões exclusivamente para iluminação pública nos últimos anos”.

Hoje a carteira de projetos de PPP de IP do BRDE inclui as cidades gaúchas de Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Sapiranga, que somam 60 mil pontos de luz para beneficiar uma população de 485 mil habitantes. Mas a meta é iniciar estudos e estruturação de projetos de mais 150 mil pontos de iluminação pública nos próximos anos.

Segundo o diretor do BRDE, há muito espaço no setor público para o avanço dos investimentos privados na infraestrutura. “As concessões administrativas têm se mostrado alternativas importantes para melhorar os serviços públicos prestados à população, uma vez que oferecem garantias tanto aos concessionários quanto aos financiadores.” De acordo com Busatto, isso tem inspirado confiança nos municípios para investirem em projetos de concessão em outras áreas, tais como transporte e tratamento de resíduos sólidos.

O BRDE considera os consórcios de municípios uma alternativa necessária para viabilizar projetos de modernização de parques de iluminação pública em municípios menores. “Essa forma de cooperação entre os municípios ajuda a superar desafios difíceis de se enfrentar individualmente, especialmente no que diz respeito a custos fixos”, diz Busatto com o seguinte alerta: “No entanto, é crucial que os municípios envolvidos no consórcio atuem de forma unificada e comprometida com os objetivos do projeto.” Na visão do BRDE, os consórcios municipais têm grande potencial para o sucesso de projetos de PPP de IP na Região Sul.

FINANCIAMENTO DIRETO DE CIDADES E CONCESSIONÁRIAS PARA MODERNIZAR PARQUES DE ILUMINAÇÃO



Leonardo Maranhão Busatto, diretor de Planejamento do BRDE

ESTRUTURADORES ANALISAM O APERFEIÇOAMENTO DA MODELAGEM

CAIXA PRIORIZA CONSÓRCIOS E OLHA PARA SMART CITIES

Os recursos de cidade inteligente chamam a atenção da CAIXA, que inclui entre suas prioridades os consórcios de municípios. “A ferramenta do consórcio tem atraído um número significativo de municípios que talvez sozinhos não conseguissem modernizar seus parques”, diz Denis Mendes de Melo Matias, gerente Nacional de Desenvolvimento de Parcerias e Serviços Especiais para Governo. Ao ampliar o espectro do apoio, a CAIXA tornou o acesso à estruturação de PPP de IP mais democrático.

A CAIXA está estruturando três projetos de consórcios de PPP de IP e tem mais 47 para iniciar. “A expectativa é de levar a leilão pelo menos 15 projetos, entre consórcios e municípios isolados, em 2024,” informa o gerente de Parcerias do banco, garantindo que a iluminação pública abriu os horizontes da PPP no país. “Hoje a gente está estruturando projetos em áreas novas, como a de infraestrutura social – habitação, locação social, unidades educativas etc”, diz Matias.

Além do FEP, que oferece recursos para estruturação de qualidade, a CAIXA tem outras linhas de crédito específicas: “Tem contrato de prestação de serviços no qual o ente público paga pela estruturação e é ressarci-

CARTEIRA DE PROJETOS DE PPP MODELADOS

NORTE

4 projetos
1,57 MM

NORDESTE

28 projetos
9,51 MM

CENTRO-OESTE

4 projetos
1,21 MM

SUDESTE

25 projetos
9,5 MM

SUL

14 projetos
4,73 MM

- 4 em Negociação
- 53 em Andamento
- 22 Leiloados

75
PROJETOS
EM CARTEIRA

332
MUNICÍPIOS
BENEFICIADOS

26,59 MI
POPULAÇÃO
ATENDIDA

R\$ 32,5 BI
INVESTIMENTO
PRIVADO TOTAL

do pelo privado,” explica o executivo. “Existem também os organismos internacionais que financiam partes da estruturação. O que o município precisa entender é qual o instrumento mais se adequa à sua realidade financeira.”

A ampliação do escopo dos projetos de PPP, agregando recursos digitais de cidade inteligente, tem sido uma demanda frequente que deverá ser contemplada nas próximas revisões da modelagem, afirma Dênis Matias, mesmo porque, no entorno da smart city, existe um mercado gigantesco que abrange funcionalidades que ainda não foram mapeadas e que poderão subsidiar uma parte do custo da operação dos serviços de IP. “Quando se gera receitas acessórias, eventualmente compartilhadas entre o privado e o público, há um ganho que permitirá um investimento mais audacioso

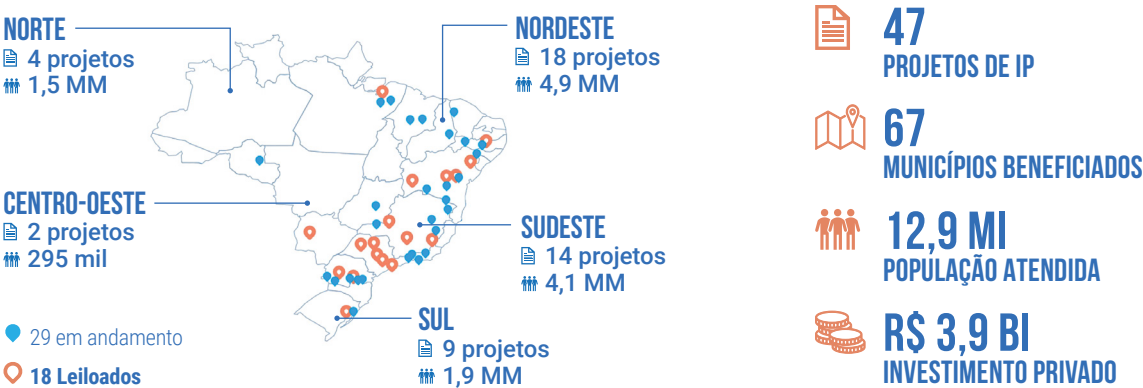
NAS PPPS DE CIDADE INTELIGENTE, O DESAFIO É MIRAR 20 ANOS À FRENTE EM TERMOS DE TECNOLOGIA



Denis Mendes de Melo Matias, gerente Nacional de Desenvolvimento de Parcerias e Serviços Especiais para Governo

em tecnologia, porque foi agregado valor ao projeto”, informa o gerente da CAIXA. “No caso de PPP de cidade inteligente, o desafio é mirar 20 anos à frente em termos de tecnologia. Hoje essa demanda é clara em projetos em andamento e a CAIXA está bastante atenta a isso.”

CARTEIRA DE PROJETOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CAIXA



PPP PÉ NO CHÃO INFLUENCIOU A EXPANSÃO DO SETOR

Desde 2016 atuando como estruturadora de projetos de iluminação pública, a Houer Consultoria e Concessões tem no portfólio mais de 1,3 milhão de pontos de luz modelados e dez projetos de PPP de IP que vingaram como contratos, entre eles os relativos às cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul (RS), Patos de Minas (MG), Angra dos Reis (RJ), Barreiras (BA) e Jaboatão dos Guararapes (PE).

A empresa, que também atua como verificador independente, está modelando projetos para os municípios de Campo Grande (MS) e Três Lagoas (MT), Santa Maria e Sapiranga (RS), Vitória (ES), Porto Nacional e Gurupi (TO), Saquarema (RJ), Porto Seguro (BA), São José dos Pinhais e para o Consórcio Conder (PR).

O período de mortalidade dos projetos terminou, diz Novack Henrique, diretor de Concessões da Houer. “A causa era a falta de previsibilidade contratual, com cláusulas para mitigação de riscos.” O advento de projetos de referência, impulsionados pelo BNDES, provocou um segundo marco na estruturação. “Foi estabelecida uma modelagem de PPP pé no chão, com inovações como o aperfeiçoamento do arranjo de garantias, leilões na B3 e a instituição do banco de créditos para atender às demandas de expansão do parque”, afirma Novack.

O momento atual é de busca de solução para os problemas identificados nos contratos em vigor como, por exemplo, o elevado número de pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e a perda da qualidade na prestação do serviço em conformidade com a ABNT. “Estão sendo desenvolvidas soluções como a inserção do mecanismo de cota de expansão no arranjo de garantias em substituição ao banco de créditos”, informa o diretor da Houer.

O maior ganho no setor foi o impacto socioeconômico e ambiental, resultando na expressiva redução do custeio do consumo de energia e das emissões de dióxido de carbono na atmosfera. Hoje, a inclusão de recursos digitais de smart cities tem sido a principal demanda nos projetos de PPP de IP. “Existem projetos que já preveem a implantação desses recursos, seja dentro do escopo do contrato ou por meio de receitas acessórias,” diz Novack. “O grande desafio é mapear a demanda para atingir o resultado que impacte efetivamente o cidadão. Do contrário, existe o risco de ser apenas um projeto de tecnologia disfarçado de cidade inteligente.”

O MOMENTO É DE BUSCA DE SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NOS CONTRATOS EM VIGOR



Novack Henrique, diretor de Concessões da Houer

HORA DE REFORÇAR A AGENDA DO DESENVOLVIMENTO

Estruturadora do projeto de PPP de iluminação pública da primeira capital brasileira, Belo Horizonte, a Accenture do Brasil, tem no currículo 11 projetos que se tornaram contratos de concessão dos serviços públicos de iluminação, que somam 1 milhão de pontos de luz e beneficiam 15 milhões de habitantes, entre eles, de Aracaju, Belém, Curitiba e Rio de Janeiro. “Apenas um caso, no qual fizemos assessoramento em uma PMI (Proposta de Manifestação de Interesse), não foi à frente,” diz Ramon Ferreira, head de Infraestrutura, Concessões e PPPs, da Accenture do Brasil.

Os projetos mais recentes, segundo Ferreira, têm buscado refinar e aprimorar os mecanismos contratuais formatados nas primeiras estruturas, gerando mais escala no setor.

Pode-se atribuir o sucesso das PPPs de IP a razões consensadas entre todos os players do mercado: “A sólida fonte de recursos (a COSIP – Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública), por meio da qual o cidadão paga pelo serviço, a grande economia no consumo de energia elétrica devido à tecnologia LED e os benefícios trazidos pela iluminação de qualidade à comunidade, entre eles, a melhoria da segurança pública e a utilização dos espaços públicos pelos munícipes no período da noite,” avalia o executivo da Accenture.

Do ponto de vista do financiamento da modernização dos parques de IP, um dos avanços foi a inclusão no rol dos setores da emissão de debêntures incentivadas. “Nota-se recentemente financiamentos obtidos por arranjos project finance non recourse ou limited recourse, nos quais a principal garantia apresentada pelo investidor para o financiamento é o próprio fluxo de receitas.”

No entanto, há outros desafios. Ramon Ferreira destaca dois como os mais urgentes: “O momento é de implementação das smart cities e da ampliação do modelo de maneira sustentável para municípios de menor porte, uma vez que o arranjo do modelo por consórcios ainda é incipiente e muito dependente de questões de cunho político”. Para a Accenture, os avanços regulatórios e a discussão permanente em diversos níveis é uma nova oportunidade para o país, que conta com cidades com infraestrutura ainda precária.

IMPLEMENTAÇÃO DAS SMART CITIES E AMPLIAÇÃO DO MODELO DE MANEIRA SUSTENTÁVEL PARA MUNICÍPIOS DE MENOR PORTE



Ramon Ferreira,
head de Infraestrutura,
Concessões e PPPs,
na Accenture

PADRONIZAÇÃO DA MODELAGEM TORNOU-SE UM MARCO

A iluminação pública é o destaque na carteira de projetos de PPP de infraestrutura da EY, que recentemente levou a leilão a concessão de serviços de IP nas cidades de Olin-da (PE), Ponta Grossa (PR) e Ribeirão Preto (SP) em parceria com o IFC (International Finance Corporation) e a CAIXA. “Grande parte do sucesso se deve à criação de um modelo de contrato e anexos padronizados,” explica Antonio Alvarenga, gerente sênior de Estratégia e Negócios da EY. “Essa característica facilita a análise por parte de potenciais investidores, promovendo um ambiente mais competitivo.”

O executivo considera a entrada da CAIXA como um marco da expansão nacional das PPPs de IP. “A padronização na documentação permitiu a replicabilidade das iniciativas e massificação dos projetos”, garante Alvarenga. “Algumas estruturas, que levavam mais de dois anos, são concluídas em pouco mais de ano atualmente.”

A evolução da tecnologia IP – com lâmpadas LED mais eficientes e sistemas de telegestão mais sofisticados –, somada à modelagem financeira e jurídica dos projetos, proporcionou uma iluminação pública de maior qualidade e gestão mais eficiente dos serviços IP, segundo Alvarenga.

Outro fator para o sucesso das concessões de IP se deve à menor resistência pública aos projetos: “Os serviços de IP eram terceirizados para empresas quando eram de responsabilidade das distribuidoras de energia”,

analisa o gerente da EY. “Muito diferente das concessões de saneamento e saúde.”

Para Antonio Alvarenga, o grande desafio agora é a incorporação de novos serviços às PPPs IP. Segundo ele, a adição de recursos como wi-fi, vigilância por câmera ou geração de energia solar ao escopo das PPPs, garantidos pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como financiamento, tem mostrado ser menos atraente do que projetos financiados pela COSIP. Por isso, Alvarenga acredita que a permissão do uso da COSIP para outras finalidades, trazida pela reforma tributária, pode ser um marco importante na incorporação segura de novos serviços à iluminação pública, gerando atratividade para potenciais investidores.

A adição de recursos de cidade inteligente aos projetos de IP é inevitável, diz o executivo da EY. “O sistema de iluminação pública é um ponto estratégico para instalação de dispositivos para monitoramento e coleta de dados da cidade, permitindo melhor planejamento e eficiência da gestão municipal.”

OS SERVIÇOS DE IP ERAM TERCEIRIZADOS PARA EMPRESAS QUANDO ERAM DE RESPONSABILIDADE DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA



Antonio Alvarenga,
gerente de Estratégia
e Negócios da EY

RECURSOS DIGITAIS TORNAM-SE PRIORIDADE NACIONAL

Dos 50 projetos de PPP de IP estruturados pelo IPGC – Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades desde 2018, 12 viraram concessão dos serviços e outra dezena encontra-se em fase de assinatura de contrato. No momento, outros 26 municípios estão em processo de estruturação pelo IPGC, entre eles, duas capitais: Goiânia e Maceió.

Por ter a natureza jurídica de Oscip (empresa privada sem fins lucrativos), o IPGC firma acordos de cooperação técnica com os municípios para modelar projetos de PPP sem despesa para o erário público. “O custo da estruturação é ressarcido pelo concessionário que vencer a licitação”, conta Leonardo Santos, CEO do IPGC.

Para suprir a falta de capacidade do poder público de analisar e dar prosseguimento aos projetos de PPP, o IPGC acompanha todo o processo e monitora o município 24 horas por dia: “Como a gente vive de sucesso, esse é uma maneira de resolver problemas para o projeto virar contrato”.

O modelo deu tão certo que o governo federal decidiu transformá-lo em política pública. “Os ministérios das Cidades e de Integração e do Desenvolvimento Regional estabeleceram acordo de cooperação técnica conosco para estruturar PPPs de cidade inteligente”, diz Santos. Além da iluminação, os projetos incluem recursos de telecomunicação e usina de geração de energia

fotovoltaica para os prédios públicos, uma vez que as prefeituras demandam recursos de smart cities.

A título de projeto piloto, o IPGC vai estruturar projetos em dez municípios. “A ideia é entender como funciona a integração de soluções digitais à rede de iluminação pública para incentivar os novos prefeitos eleitos a desenvolverem projetos de PPP Cidade Inteligente”, informa o CEO do IPGC. “A inclusão desses recursos à rede de IP não vai onerar os municípios, porque eles já bancam parte deles com recursos próprios, tendo como garantia o FPM.”

O executivo do IPGC atribui o crescimento da modernização dos parques por meio de PPP à desmistificação do instrumento, uma vez que a sociedade não encara mais a concessão como privatização, mas a possibilidade de entregar serviços públicos de qualidade a longo prazo a custos mais baixos. “Essa percepção se deve ao sucesso das PPPs de IP, que acabou encorajando os municípios a buscarem a PPP para outros serviços”, avalia Santos. “A gente já modelou hospitais, cemitérios, rodoviárias e parques públicos.”

**PPP ABRE A
POSSIBILIDADE
DE ENTREGAR
SERVIÇOS PÚBLICOS
DE QUALIDADE
A CUSTOS
MAIS BAIXOS**



Leonardo Santos,
CEO do IPGC – Instituto
de Planejamento e
Gestão de Cidades

UMA EVOLUÇÃO ALINHADA ÀS NOVAS DEMANDAS

POR VANESSA ROSA*

Em 2024 completam-se 10 anos desde o prazo final estabelecido pela ANEEL para a transferência dos ativos da rede luminotécnica pelas distribuidoras de energia elétrica aos municípios. Nesta década, os municípios buscaram caminhos para a prestação dos serviços, assim como o aperfeiçoamento diante das novas tecnologias, das demandas por racionalidade energética e do interesse de melhor atender à população.

Numa avaliação retrospectiva, nota-se que os primeiros contratos de PPPs eram mais simples em suas estruturas jurídicas e nas disposições relativas à remuneração e garantia pública, incluindo-se a disciplina das receitas acessórias. Havia também uma preocupação (ainda remanescente) de não se “vender sonhos” quanto às “cidades inteligentes”, de que muito se falava, mas pouco se conhecia. Com o amadurecimento das discussões e das experiências, as PPPs passaram a prever incentivos remuneratórios para a eficiência energética (como bônus), assim como mecanismos de contas para pagamento e garantias mais seguras.

Alguns contratos também passaram a tratar expressamente de receitas acessórias, prevendo atividades exploráveis e compartilhamento de receitas, além de

casos em que o município é o tomador do serviço acessório. Além disso, alguns projetos de PPPs já incluem recursos de cidades inteligentes no escopo.

A modelagem dos contratos tem evoluído alinhada às expectativas dos municípios e às demandas da população e da iniciativa privada, já que, além da economia energética, que desonera o erário e o meio ambiente, se pode agregar à rede de IP recursos para contribuir para a gestão das cidades e oferecer aos cidadãos o acesso a comodidades como o wi-fi sem custo.

No entanto, é importante mensurar as necessidades de cada município, pois a variedade brasileira é imensa, com possibilidades orçamentárias e necessidades diferentes. Também é relevante estruturar projetos com segurança jurídica, para não violar princípios e normas legais.

Outro ponto que merece atenção se refere aos limites e às possibilidades de uso da COSIP, que pode ser crucial para a incorporação de recursos de smart cities nas PPPs, diante da ampliação trazida pela reforma tributária. Os próximos anos indicarão com mais clareza os rumos que as cidades inteligentes trilharão ao lado do aprimoramento da iluminação pública.



***Vanessa Rosa** é diretora da ABCIP e sócia da Lacaz Martins Pereira Neto Gurevich & Schoueri Advogados



INDÚSTRIA DE DISPOSITIVOS E SISTEMAS É IMPACTADA PELA EXPANSÃO

CIDADES INTELIGENTES ENTRAM NO RADAR DOS FORNECEDORES

O crescimento da concessão dos serviços de iluminação pública a parceiros privados está se refletindo também na indústria que fornece dispositivos, equipamentos, soluções tecnológicas e sistemas para os parques de iluminação pública, impactando substancialmente o volume de vendas das empresas.

Uma das razões para avançar nesse processo foi a certificação dos equipamentos necessários à rede de IP pelo INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, que acaba de entrar em vigor, para a qual a ABCIP, por meio do Comitê de Telegestão, trabalhou oferecendo contribuições técnicas no aprimoramento da norma de acordo com as melhores práticas globais. Ou seja, os sistemas de telegestão enquadrados como Sistemas de Iluminação Pública (SIP) produzidos a partir de 1º de abril deverão ser submetidos à verificação inicial. Isso os habilita também para a medição do consumo de energia nos parques de IP, substituindo a estimativa. “A medição do consumo real de energia pela rede de IP para efeito de faturamento é uma reivindicação antiga dos municípios que agora vai ser atendida”, diz Luciano Rosito, líder do Comitê de Telegestão da ABCIP.

A EXATI, empresa especializada na gestão de ativos para cidades inteligentes por meio de softwares, regis-

trou crescimento de 40% nas vendas. “O mercado de IP representa 80% dos nossos negócios,” informa Rogério Oliveira, diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da empresa que atende mais de 600 cidades no Brasil, no Chile e no México.

Na avaliação do executivo, a modelagem dos contratos de concessão de IP se sofisticou, movimentando ainda mais a indústria das soluções tecnológicas. “Um software de gestão de IP mais robusto e moderno garante uma prestação de serviço eficiente para atender a todas as exigências,” diz Rogério Oliveira.

A Smartgreen Desenvolvimento de Tecnologias, empresa de implantação de sistemas de telegestão, presente nos parques de iluminação pública de 20 cidades

TELEGESTÃO É PERCEBIDA PELOS MUNICÍPIOS COMO FATOR DE ECONOMIA E MELHORIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

brasileiras, contabiliza 200% de aumento nas vendas. “A telegestão vem crescendo nas PPPs de IP porque está sendo percebida pelos municípios como condição para economizar o consumo de energia, aumentar a durabilidade dos ativos e para prestar serviços de melhor qualidade ao cidadão”, diz Daniel Russi Neto, diretor comercial da Smartgreen.

Outra empresa que está usufruindo da expansão das concessões de IP é a BottomUp Technology, especializada na fabricação de dispositivos para gestão de siste-

mas via IoT, que dobrou o faturamento nos últimos dois anos. “Mas, mesmo melhorando muito a gestão dos parques de IP, dando transparência à medição do consumo de energia e trazendo a aplicação de novos recursos digitais, a telegestão na rede vem crescendo de forma limitada”, observa Moisés Silva, diretor Comercial e de Marketing da BottomUp. “Isso acontece devido a exigências dos editais nas licitações.” Enquanto a telegestão não cresce nas modelagens, a empresa diversifica os

EXPLORAR AS INTEGRAÇÕES E O PAPEL DA TELEGESTÃO COMO ESPINHA DORSAL NA SMART CITY

produtos para IP, como dispositivos que evitam a variação extrema da corrente elétrica na rede – o que diminui a vida útil das luminárias – e interrompem o vazamento de corrente em postes de metal para prevenir acidentes que podem ser fatais.

A M2M Telemetria, indústria de dispositivos e sistemas de controle inteligente de luminárias nos parques de IP, teve um crescimento de 285% no faturamento bruto em 2023. “Com a iniciativa privada investindo no setor junto a uma tecnologia bem desenvolvida, pudemos criar um novo ciclo de desenvolvimento na empresa”, garante Felipe Fulgêncio da Cunha Melo, CEO da M2M.

O desafio, segundo o executivo, não está mais na compreensão do sistema de telegestão, que é perce-

bida como capaz de melhorar a operação e a eficiência energética. Para Felipe Fulgêncio, o ponto a ser aprimorado é o modelo de negócio, que precisa ser adequado para a cidade, o cidadão e o concessionário privado.

O amadurecimento do mercado de IP a cada ano vem impactando positivamente nas vendas de soluções de telegestão, acredita Nilson Tanji, diretor comercial da Nouvenn IoT. “Estamos presentes em 15 cidades brasileiras e tivemos um crescimento nas vendas de mais de 600%.” Tanji credita o sucesso a vários fatores: redução do consumo de energia elétrica pela dimerização das luminárias (10 a 15%, além do 50% trazidos pela iluminação LED), diminuição nos custos operacionais pela supervisão do parque de IP e a medição real do consumo de energia de cada ponto de luz, além da melhor aceitação da incorporação da telegestão aos projetos de PPP de IP.

Apesar de ser consenso aqui e em todo o mundo, a ideia de que a rede de IP é a plataforma ideal para as cidades implantarem recursos de smart cities, o avanço da telegestão em números ainda não reflete a exploração de todo o potencial da tecnologia. “Ainda temos que explorar as possíveis integrações do sistema telegestão e seu papel como espinha dorsal na implementação de cidades inteligentes”, diz Adalberto Battistini, gerente de Sistemas Conectados da Signify, empresa presente nos parques da iluminação pública de vários países e em dez cidades brasileiras.



A fabricante de luminárias e sistemas de telegestão, dona das marcas Philips e Telensa, também foi beneficiada pela expansão dos projetos de iluminação pública no Brasil.

O segmento de luminárias também comemora a expansão dos parques de IP que está impactando positivamente nas vendas. É o caso da Tecnowatt Iluminação, que fornece luminárias LED para centenas de cidades de todos os estados brasileiros. “Em função das PPPs, o mercado passou a privilegiar a qualidade e não somente o preço do produto”, analisa Rodrigo Cruz, gerente técnico da empresa. “Em contrapartida, temos que nos adaptar à nova norma da ABNT que exige especificações nas luminárias LED que vão diminuir em torno de 20% a eficiência energética dos parques de IP, impactando

diretamente o planejamento do estoque dos componentes das luminárias.”

A necessidade de comprovar a eficiência do serviço prestado, com ferramentas atuais e mais adequadas, pode explicar o aumento da implantação de sistemas de telegestão nos parques de iluminação pública cujos serviços foram concedidos às empresas privadas, explica Klaus Diter Lacher, CEO da KDL Tecnologia em Iluminação, há 15 anos no mercado.

“O Brasil está implementando e aperfeiçoando a modernização gradual dos parques de IP, especialmente nos grandes centros urbanos”, diz Klaus Lacher. “A telegestão das redes de IP é ponto de partida rumo à evolução para as cidades inteligentes, uma vez que pode coletar dados de diversos sensores relacionados a serviços públicos.”

OS NOVOS E VELHOS DESAFIOS NA DESTINAÇÃO DA COSIP

POR ANA PAULA PERESI DE SOUZA*

Para quais finalidades a COSIP pode ser destinada? Essa pergunta paira há anos sobre o setor de iluminação pública e ganhou novo destaque com a aprovação da reforma tributária.

Inicialmente pensada para remunerar a execução estrita dos serviços de iluminação e de manutenção da rede, a COSIP – Contribuição de Iluminação Pública passou a ser destinada também para a melhoria e expansão da rede. Ainda assim, diante da possibilidade de atrelar soluções tecnológicas à infraestrutura de IP, questionava-se se a COSIP, sobretudo seu excedente, poderia ser destinada a outras finalidades.

Ao alterar o artigo constitucional 149-A, a reforma tributária abriu a possibilidade de incluir o custeio de “sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos” na COSIP. A novidade é bem-vinda, mas cria novos desafios e não resolve as dúvidas já existentes. Ao privilegiar finalidades bastante específicas, o texto deixa de fora outras tantas, além de suscitar dúvidas sobre o que estaria contemplado nos conceitos de monitoramento, segurança e preservação. Além disso, como o texto não estabelece que apenas o excedente seja empregado nessas finalidades, pode-se utilizar a totalidade da COSIP para remunerar esses serviços, assim ficando descoberto o

custeio dos serviços de iluminação pública. Ademais, não é certo que haverá lei complementar federal para detalhar a aplicação da nova regra. Se houver, essa lei não poderá dizer mais do que hoje está posto na Constituição, podendo, no máximo, definir o conceito de monitoramento, segurança e preservação de logradouros. Portanto, mesmo após a reforma tributária, há amplo espaço para o questionamento sobre como empregar os recursos que sobram após a remuneração das atividades previstas na Constituição.

Outra preocupação é a extensão para dezembro de 2033 do período pelo qual os municípios podem utilizar 30% de suas receitas vinculadas para quaisquer outras finalidades. Logo, nos próximos nove anos, independentemente das discussões sobre o uso do excedente, 30% dos recursos da COSIP poderão ser destinados a outras atividades que não os serviços de IP e de monitoramento, dentre elas, os serviços de cidades inteligentes. Trata-se de uma norma transitória que possibilita uma solução paliativa para o uso do tributo para finalidades não previstas no art. 149-A.

Dessa forma, a reforma tributária não coloca um ponto final no debate sobre a destinação da COSIP, deixando espaço para novas interpretações e proposições que busquem, a um só tempo, melhor delimitar o uso desse tributo e conferir a tão necessária segurança jurídica a todo o setor.



***Ana Paula** é advogada da Lacaz Martins Pereira Neto Gurevich & Schoueri Advogados e membro do Comitê de Receitas Acessórias da ABCIP

CONSÓRCIOS DE MUNICÍPIOS GANHAM IMPULSO

A união de municípios para modernizar os parques de iluminação pública começa a ganhar escala no país. Dois anos após a viabilização do primeiro consórcio – o Smart CPGI –, surgem o do Alto Sertão, do qual fazem parte Ganhambi e Lagoa Real, na Bahia, e o COMAM – Consórcio de Municípios da Alta Mogiana, que agregou 15 cidades paulistas

LUZ DA ALTA MOGIANA REINVENTA MODELAGEM

“É o primeiro do Estado de São Paulo e o maior do país em número de população atendida”, comemora Márcio Pinto, coordenador de Novos Negócios da Zopone Engenharia, acionista do consórcio Luz da Alta Mogiana e das concessionárias de IP de Agudos, Franco da Rocha, Pederneiras e São Manuel, no Estado de São Paulo.

“Inicialmente eram 19 municípios, mas quatro não conseguiram aprovar o projeto na câmara dos vereado-

res”, conta Márcio Pinto. “Chegamos à licitação porque o COMAM existe faz 30 anos e os 31 municípios que o integram já se acostumaram com contratações em conjunto.” Franca, onde está a sede do COMAM, não aderiu por considerar que o projeto não agregaria muito para o município. Franca tem 400 mil habitantes, quase a população que será beneficiada pela Luz da Alta Mogiana nas 15 cidades. O município com maior número de pontos de luz é Batatais, com 9.500, e o que tem menos é Restinga, com 834. O fato de só oito municípios terem a COSIP constituída para custear os serviços poderia explicar a licitação com apenas um participante. “Esse



Prefeitos e representantes da concessionária na solenidade de assinatura do contrato na sede do COMAM

MODELAGEM DE PPP QUE FUGIU DO MANUAL

Para chegar à concessão dos serviços de IP por meio de consórcio público nos 15 municípios da Alta Mogiana, a modelagem do projeto precisou de uma engenharia jurídica diferente de outras estruturas, uma vez que parte dos membros do consórcio

não contavam com a COSIP na arrecadação municipal. Glauber Faquinelli, diretor da Bruker Soluções, empresa responsável pela estruturação, conseguiu aprovar nas 15 câmaras de vereadores lei que autorizava a utilização de parte do FPM – Fundo de Participação dos Municípios como garantia em caso de inadimplência na contraprestação dos serviços de IP.

desafio foi enfrentado com uma modelagem (ver box abaixo) na qual o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) entra como garantidor”, explica o executivo da Zopone. “Sabemos do risco maior embutido, mas esses municípios têm credibilidade. Mesmo sendo o único concorrente, o grupo negociou o deságio de 15% porque havia a expectativa de deságio.”

A tendência é que outros integrantes do COMAM optem pela PPP de IP quando aparecerem os primeiros resultados. “Quando as cidades tiverem o parque modernizado, a população tendo ocorrências atendidas em um tempo que nunca aconteceu e a economia no consumo de energia, as câmaras vão pensar em criar condições para conceder os serviços”, acredita Márcio Pinto.

O contrato no valor de R\$ 540 milhões, com vigência de 25 anos, prevê a modernização dos parques de IP que somam 52 mil pontos para beneficiar 312 mil habitantes da Alta Mogiana, em menos de um ano. “A ideia é antecipar os investimentos para termos todos os parques modernizados ainda em 2024.”

O contrato inclui subsídio para que uma equipe interna do COMAM administrasse o contrato, além de estabelecer um banco de créditos para bancar extensão de redes, iluminação natalina e outras demandas específicas de cada município.

“O projeto chama atenção porque o prazo entre a modelagem e a assinatura do contrato foi de menos de um ano”,

LUZ DA ALTA MOGIANA

CONTRATO

540 MILHÕES

VIGÊNCIA

25 ANOS

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	PONTOS IP
Aramina (SP)	5.420	1.120
Batatais (SP)	58.402	9.494
Buritizal (SP)	4.356	860
Ituverava (SP)	37.571	7.099
Jardinópolis (SP)	45.544	8.166
Jeriquara (SP)	3.863	581
Miguelópolis (SP)	19.441	3.974
Morro Agudo (SP)	27.933	4.733
Nuporanga (SP)	7.391	1.689
Patrocínio Paulista (SP)	14.488	2.158
Pedregulho (SP)	15.525	3.153
Restinga (SP)	6.404	834
Sales Oliveira (SP)	11.411	2.190
São José da Bela Vista (SP)	7.626	999
Serrana (SP)	46.166	5.011
	311.541	52.061

conta Glauber Faquinelli. O fato de quase a metade dos municípios não ter a COSIP pode justificar a baixa concorrência na licitação, que contou apenas com uma proposta. Mesmo assim houve deságio de 15% no valor da contraprestação: “Foi também uma inovação a comissão de licitação negociar o deságio com o vencedor na defesa do interesse público”, acredita Faquinelli.

MISSÃO CUMPRIDA EM MINAS GERAIS

Pioneiro no país, o consórcio de municípios Smart CPGI, responsável pela prestação de serviços de iluminação pública para os 92 mil moradores das cidades de Andradas, Albertina, Bandeira do Sul, Caldas, Divisa Nova, Ibitiura de Minas, Ipuiúna e Santa Rita de Caldas, no Sudoeste de Minas Gerais, conseguiu atingir uma economia do consumo de energia de 67% com a modernização do parque de IP, mesmo tendo um aumento de quase três mil pontos de luz na quantidade prevista no contrato (11.122 pontos).

“Na primeira medição, em maio de 2022, o consumo mensal de energia era perto de 280 mil kWh, enquanto a medição de fevereiro passado registrou

93 mil kWh”, informa diz Karina Fiuza, gestora do contrato da Smart CPGI. “Mesmo com mais pontos, superamos a meta de eficiência energética.” O acréscimo no número de pontos de luz se deu pela expansão não prevista da rede de IP, em especial nas áreas rurais.

Mesmo tendo começado a operar em plena pandemia da COVID, o consórcio mineiro conseguiu modernizar a iluminação pública das oito cidades em sete meses, cinco antes do previsto. Com 50% de cobertura de telegestão, o consórcio CPGI está trabalhando agora na iluminação cênica dos prédios públicos, históricos, praças e igrejas.

Vista noturna da cidade de Divisa Nova



QUEM SOMOS

ABCIP
Pedro Vicente Iacovino
Presidente

Vanessa Rosa
Diretora Jurídica

Luca Siqueira
Diretor de Tecnologia

Eliana Stellino
Assessora Institucional

Leila Reis
Assessora de Comunicação

Comitê de Telegestão – Líder - Luciano Rosito

Luca Siqueira (ST Engineering), Gustavo Zarife (Everynet), Nilson Tanji (Smartgreen), Rogério Oliveira (Exati), Adalberto Battistini e Haim Hamaoui (Telensa/Novakasin), Bruno Souza (Unicoba/Ledstar), Klaus Lacher (KDL), Gadner Vieira (M2M), Calisto Sena (Tradetek), Alex Sato (Splice) e Fred Braga (BottomUp)

Comitê de Receitas Acessórias – Líder - Márcio André Pinto (Zopone Engenharia)

Vanessa Rosa e Ana Paula Peresi (Lacaz Martins), Álvaro Pissara (Mauá Luz), Carlos Henrique Moutinho (Statled), Hector Felix (Splice), Luca Siqueira (ST Engineering), Otavio Silva (Everynet), Luciano Rosito, Rogério Oliveira (Exati), Adalberto Battistini e Haim Hamaoui (Telensa/Novakasin), Alex Dellai (Unicoba/Ledstar), Klaus Lacher (KDL), Felipe Fulgêncio (M2M), Renato Araújo (Tradetek), Fred Braga (BottomUp) e Augusto Ohashi (Nouvonn)

Comitê de Pessoas - Líder – Newton Lima Azevedo (Hydrus Brasil)

Alexandre Delai (Unicoba/Ledstar), Luca Siqueira (ST Engineering), Márcia Martinez (Hydrus Brasil) e Vanessa Rosa (Lacaz Martins)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS CONCESSIONÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

www.associacaoabcip.com.br

Rua Padre João Manuel, 923 –
8o andar São Paulo - SP
contato@associacaoabcip.com.br
(11) 98084-1238 (Eliana Stellino)



NOSSOS ASSOCIADOS



NOSSOS ASSOCIADOS



SOMOS A LUZ QUE ILUMINA AS CIDADES, O FAROL QUE AUXILIA A SUA TRAJETÓRIA.

Estamos comprometidos em ser mais do que simplesmente uma fonte de luz, mas uma fonte de inspiração, de progresso e de esperança.

PARCERIA QUE ILUMINA

- 6.600 mil pontos modernizados com a **tecnologia LED**.
- Melhoria na qualidade da IP com **atendimento pleno** da norma técnica ABNT NBR 5101.
- **Eficiência energética** de 65%
- Iluminação de destaque, **tecnologia RGBW** nos bens públicos.



SAIBA MAIS

luzbr.com.br / demape.com.br



ABCIP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS CONCESSIONÁRIAS
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA